

## Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2019 da Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES ([www.sicoobes.com.br](http://www.sicoobes.com.br)).

### 1. Política Operacional

Em 2019, o Sicoob Centro-Serrano completou 31 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

### 2. Nosso Desempenho

#### 2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		Variação
	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2018	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	72.797	61.920	17,57
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	36.011	36.264	(0,70)
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	10.552	8.972	17,61
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	29.451	22.151	32,96
Receitas com Ato Não Cooperativo	6.616	5.534	19,55
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	52.974	42.260	25,35
Despesas Tributárias	1.545	1.180	30,93
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	8.450	6.865	23,09
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	19.315	21.017	(8,10)
Juros ao Capital	5.642	5.487	2,82
Sobras brutas do exercício	36.826	30.159	22,11

Contribuíram para compor as sobras do exercício de 2019:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas: aumento de 32,96%, o resultado da intermediação financeira aumentou 17,57% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 19,55% em relação ao mesmo período de 2018.

As receitas com Outras receitas operacionais e resultado não operacional cresceram 23,09% se comparado com o mesmo período de 2018.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2018, foi de 25,35%.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foram de 55,60%. 3,18% maior comparado com o exercício de 2018.

A sobra bruta em 31/12/2019 da Cooperativa cresceu 22,11% se comparado com o exercício de 2018.

#### 2.2) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		Variação
	Jan a Dez/2019	Jan a Dez/2018	
Ativos Totais	951.645	873.047	9,00
Centralização Financeira	342.019	328.661	4,06
Carteira de Crédito	626.875	553.910	13,17
Depósitos	583.768	517.036	12,91
Patrimônio Líquido	190.537	161.441	18,02
Patrimônio de Referência (PR)	176.796	147.820	19,60

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2019:

O total de ativos atingiu R\$ 951.645 mil ao final do exercício de 2019, com crescimento de 9,00% em relação ao exercício anterior.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 31/12/2019 o saldo de R\$ 342.019 mil, tendo assim, um crescimento com relação ao mesmo período em 2018 de 4,06%.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 626.875 mil, com crescimento de 13,17% em relação a 31 de dezembro de 2018.

Os depósitos obtiveram um aumento de 12,91% considerando o mesmo período de 2018, atingindo no final do exercício de 2019 o montante de R\$ 583.768 mil.

O patrimônio líquido cresceu 18,02% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 190.537 mil.

#### 2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	31/12/2019			31/12/2018			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	102.153	13.088	115.241	140.617	15.830	156.447	(41.206)	(26,34)
Crédito Comercial	152.063	344.504	496.567	106.522	275.942	382.464	114.103	29,93
Conta Corrente	5.357	9.710	15.067	5.220	9.779	14.999	68	0,45
Total	259.573	367.302	626.875	252.359	301.551	553.910	72.965	13,17

### 3) Pessoas

Contávamos com 239 colaboradores no final do exercício de 2019. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 19.406 mil.

### 4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2019, houve uma concentração de 78,27 % nos níveis de risco "AA" a "C".

### 5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

### 6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

### 7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

### 8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob.

No exercício de 2019, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 58 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 39 foram classificadas procedentes e com exceção de 01 demanda todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

### 9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Santa Maria de Jetibá – ES, 27 de janeiro de 2020.

**Conselho de Administração e Diretoria Executiva.**

**Balço Patrimonial** (em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		<b>672.779</b>	<b>652.529</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>3.(u)</b>	<b>6.549</b>	<b>3.958</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>4</b>	<b>48</b>	<b>2.114</b>
Carteira Própria		48	2.114
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>5</b>	<b>342.019</b>	<b>328.661</b>
Centralização Financeira - Cooperativas	3.(u)	342.019	328.661
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6</b>	<b>314.946</b>	<b>308.725</b>
Empréstimos e Títulos Descontados		266.948	213.849
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		77.755	118.535
(-) Provisão para Operações de Crédito	6.(e)	(29.757)	(23.659)
<b>Outros Créditos</b>	<b>7</b>	<b>4.501</b>	<b>4.963</b>
Crédito por Avais e Fiança Honrados	7.(l)	1.623	1.286
Rendas a Receber		2.491	2.643
Diversos		1.620	1.981
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	7.(b)	(1.233)	(947)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>8</b>	<b>4.716</b>	<b>4.108</b>
Outros Valores e Bens	8.(l)	4.740	3.703
(-) Provisão para Desvalorizações	8.(ll)	(621)	(429)
Despesa Antecipada	8.(lll)	597	834
<b>Não Circulante</b>		<b>278.866</b>	<b>220.518</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>247.439</b>	<b>193.560</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>6</b>	<b>245.339</b>	<b>191.503</b>
Empréstimos e Títulos Descontados		244.686	183.614
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		37.486	37.912
(-) Provisão para Operações de Crédito	6.(e)	(36.833)	(30.023)
<b>Outros Créditos</b>	<b>7.(a)</b>	<b>2.100</b>	<b>2.057</b>
Diversos	31	2.100	2.057
<b>Permanente</b>		<b>31.427</b>	<b>26.958</b>
<b>Investimentos</b>	<b>9</b>	<b>23.105</b>	<b>19.157</b>
Participação em Cooperativa Central de Crédito		14.550	11.701
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		8.555	7.456
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>10</b>	<b>8.281</b>	<b>7.720</b>
Imóveis de Uso		2.723	2.723
Outras Imobilizações de Uso		13.920	12.003
(-) Depreciação Acumulada		(8.362)	(7.006)
<b>Intangível</b>	<b>10.1</b>	<b>41</b>	<b>81</b>
Ativos Intangíveis		701	691
(-) Amortização Acumulada		(660)	(610)
<b>TOTAL</b>		<b>951.645</b>	<b>873.047</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>694.944</b>	<b>642.055</b>
<b>Depósitos</b>	<b>11</b>	<b>583.747</b>	<b>516.513</b>
Depósito à Vista		181.100	138.912
Depósito Sob Aviso		5.410	5.884
Depósito a Prazo		397.237	371.717
<b>Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias</b>	<b>11.1</b>	<b>11.946</b>	<b>7.351</b>
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		11.946	7.351
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>12</b>	<b>68.115</b>	<b>92.918</b>
Repasse Interfinanceiros	12	68.104	92.908
Correspondentes	12.3	11	10
<b>Relações Interdependências</b>	<b>13</b>	<b>3.403</b>	<b>3.633</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.403	3.633
<b>Obrigações Por Empréstimos</b>	<b>12.1</b>	<b>9.703</b>	<b>4.985</b>
Empréstimos no País - Outras Instituições		9.703	4.985
<b>Outras Obrigações</b>	<b>14</b>	<b>18.030</b>	<b>16.655</b>
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	14.1	172	258
Sociais e Estatutárias	14.2	5.516	5.988
Fiscais e Previdenciárias	14.3	1.058	991
Diversas	14.4	11.284	9.418
<b>Não Circulante</b>		<b>66.164</b>	<b>69.551</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>			
<b>Depósitos</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>523</b>
Depósito a Prazo		21	523
<b>Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias</b>	<b>11.1</b>	<b>30.562</b>	<b>23.138</b>
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		30.562	23.138
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>12</b>	<b>33.411</b>	<b>43.771</b>
Repasse Interfinanceiros		33.411	43.771
<b>Outras Obrigações</b>		<b>2.170</b>	<b>2.119</b>
Diversas	31	2.170	2.119
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16</b>	<b>190.537</b>	<b>161.441</b>
<b>Capital Social</b>	<b>16.(a)</b>	<b>99.015</b>	<b>90.198</b>
De Domiciliados no País		99.563	90.708
(-) Capital a Realizar		(548)	(510)
<b>Reserva de Sobras</b>	<b>16.(b)(c)</b>	<b>79.119</b>	<b>61.841</b>
<b>Sobras Acumuladas</b>	<b>16.(e)</b>	<b>12.403</b>	<b>9.402</b>
<b>TOTAL</b>		<b>951.645</b>	<b>873.047</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações de Sobras ou Perdas** (em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

	Nota	2º S 2019	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ingressos da Intermediação Financeira</b>		<b>53.377</b>	<b>104.999</b>	<b>96.265</b>
Operações de Crédito	6.(h)	53.363	104.935	96.009
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	4.1	14	64	256
<b>Dispêndios da Intermediação Financeira</b>		<b>(32.712)</b>	<b>(68.213)</b>	<b>(70.609)</b>
Operações de Captação no Mercado	11.(b)	(12.378)	(25.015)	(25.831)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	12.2	(3.534)	(7.187)	(8.514)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos	6.(i)	(16.800)	(36.011)	(36.264)
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>		<b>20.665</b>	<b>36.786</b>	<b>25.656</b>
<b>Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Disp.) Operacionais</b>		<b>280</b>	<b>2.861</b>	<b>7.098</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	19	9.371	17.061	13.024
Rendas (Ingressos) de Tarifas	20	6.680	12.390	9.127
Dispêndios/Despesas de Pessoal	21	(10.496)	(19.406)	(16.491)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	22	(13.766)	(26.177)	(20.891)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(843)	(1.545)	(1.180)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5.1	9.356	19.315	21.017
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	23	4.181	8.614	7.370
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	24	(4.203)	(7.391)	(4.878)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>20.945</b>	<b>39.647</b>	<b>32.754</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>25</b>	<b>(283)</b>	<b>(164)</b>	<b>(505)</b>
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações</b>		<b>20.662</b>	<b>39.483</b>	<b>32.249</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		(544)	(544)	-
Participações nos Resultados de Empregados		(1.132)	(2.113)	(2.090)
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>		<b>18.986</b>	<b>36.826</b>	<b>30.159</b>
<b>Destinações legais e Estatutárias</b>			<b>(18.781)</b>	<b>(15.270)</b>
F.A.T.E.S.			(1.559)	(1.770)
Reserva Legal			(17.151)	(13.259)
Fundo de Investimento Social - FIS			(312)	(241)
Utilização FIS			241	-
<b>Resultado antes do Juros ao Capital</b>			<b>18.045</b>	<b>14.889</b>
Juros ao Capital	18		(5.642)	(5.487)
<b>Sobras / Perdas Líquidas</b>			<b>12.403</b>	<b>9.402</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

(em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reserva de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatut.		
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>82.106</b>	<b>(411)</b>	<b>48.341</b>	<b>-</b>	<b>6.919</b>	<b>136.955</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>						
Ao Capital	6.849				(6.849)	-
Cotas Capital a Pagar - Ex-associados					(70)	(70)
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	3.083	(99)				2.984
Por Devolução (-)	(5.587)					(5.587)
Estorno de Capital	(121)					(121)
<b>Reversões de Reservas</b>						
<b>Sobras ou Perdas Bruta</b>					<b>30.159</b>	<b>30.159</b>
Provisão de Juros ao Capital					(5.487)	(5.487)
Subscrição do Juros ao Capital	5.487					5.487
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.039)					(1.039)
IRRF sobre Juros ao Capital	(70)					(70)
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>						
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>						
Fundo de Reserva			13.259		(13.259)	-
Fundo de Investimento Social				241	(241)	-
F.A.T.E.S.					(1.206)	(1.206)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>90.708</b>	<b>(510)</b>	<b>61.600</b>	<b>241</b>	<b>9.402</b>	<b>161.441</b>
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>90.708</b>	<b>(510)</b>	<b>61.600</b>	<b>241</b>	<b>9.402</b>	<b>161.441</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>						
Ao Capital	9.258				(9.258)	-
Cotas Capital a Pagar - Ex-associados					(144)	(144)
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	4.250	(38)				4.212
Por Devolução (-)	(8.854)					(8.854)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(147)					(147)
Reversão de Capital a pagar - Conf. Estatuto Social Art. 31			56			56
<b>Sobras ou Perdas Bruta</b>					<b>36.826</b>	<b>36.826</b>
Provisão de Juros ao Capital					(5.642)	(5.642)
Subscrição do Juros ao Capital	5.642					5.642
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.059)					(1.059)
Juros ao Capital a Pagar - Ex-associados	(167)					(167)
IRRF sobre Juros ao Capital	(68)					(68)
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>						
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>						
Fundo de Reserva			17.151		(17.151)	-
Fundo de Investimento Social				312	(312)	-
F.A.T.E.S.					(1.559)	(1.559)
(-) Utilização Fundo de Investimento Social				(241)	241	-
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>99.563</b>	<b>(548)</b>	<b>78.807</b>	<b>312</b>	<b>12.403</b>	<b>190.537</b>
<b>Saldos em 30/06/2019</b>	<b>98.028</b>	<b>(527)</b>	<b>61.656</b>	<b>241</b>	<b>14.975</b>	<b>174.373</b>
<b>Movimentações de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	2.596	(21)				2.575
Por Devolução (-)	(5.344)					(5.344)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(65)					(65)
<b>Sobras ou Perdas Bruta</b>					<b>18.986</b>	<b>18.986</b>
Provisão de Juros ao Capital					(2.777)	(2.777)
Subscrição do Juros ao Capital	5.642					5.642
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.059)					(1.059)
Juros ao Capital a Pagar - Ex-associados	(167)					(167)
IRRF sobre Juros ao Capital	(68)					(68)
<b>Fates Atos Não Cooperativos</b>						
<b>Destinação das Sobras do Exercício:</b>						
Fundo de Reserva			17.151		(17.151)	-
Fundo de Investimento Social				312	(312)	-
F.A.T.E.S.					(1.559)	(1.559)
(-) Utilização Fundo de Investimento Social				(241)	241	-
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>99.563</b>	<b>(548)</b>	<b>78.807</b>	<b>312</b>	<b>12.403</b>	<b>190.537</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa** (em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º S 2019	31/12/2019	31/12/2018
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações</b>	<b>20.662</b>	<b>39.483</b>	<b>32.249</b>
Participações nos Resultados de Empregados	(1.132)	(2.113)	(2.090)
Depreciações e Amortizações	674	1.406	1.136
Provisão de Juros ao Capital	(2.777)	(5.642)	(5.487)
Provisão para perda com operações de crédito	16.800	36.011	36.264
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(1.080)	(822)
Juros ao Capital recebido do Sicoob Central ES	(77)	(77)	(64)
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	-	-	36
	<b>33.606</b>	<b>67.444</b>	<b>61.222</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	888	2.066	3.533
Relações Interfinanceiras	320	-	-
Operações de Crédito	(34.349)	(96.067)	(84.192)
Outros Créditos	1.005	419	(1.138)
Outros Valores e Bens	723	(608)	(124)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Vista	17.955	42.188	40.819
Depósitos sob Aviso	(443)	(474)	(216)
Depósitos a Prazo	13.808	25.018	16.314
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	3.388	12.019	20.916
Outras Obrigações	(512)	1.424	3.023
Relações Interfinanceiras	(26.330)	(35.163)	(11.170)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	304	4.719	(24)
Relações Interdependências	3.192	(230)	(2.600)
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>13.555</b>	<b>22.755</b>	<b>46.363</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Recebimento Dividendos	-	1.080	822
Juros ao Capital recebido do Sicoob Central ES	77	77	64
Aplicação no Intangível	-	(7)	(47)
Inversões em Imobilizado de Uso	(818)	(1.997)	(2.967)
Inversões em Investimentos	(518)	(3.871)	(2.434)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(1.259)</b>	<b>(4.718)</b>	<b>(4.562)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	2.575	4.212	2.984
Devolução de Capital à Cooperados	(5.344)	(8.854)	(5.587)
Estorno/Cancelamento de Capital	(65)	(147)	(121)
Reversão de Capital a pagar - Conf. Estatuto Social Art. 31	-	56	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(144)	(70)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(564)
FATES Sobras Exercício	(1.559)	(1.559)	(1.206)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(167)	(167)	-
Subscrição do Juros ao Capital	5.642	5.642	5.487
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(1.059)	(1.059)	(1.039)
IRRF sobre Juros ao Capital	(68)	(68)	(70)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>(45)</b>	<b>(2.088)</b>	<b>(186)</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>12.251</b>	<b>15.949</b>	<b>41.615</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>			
No Início do Período	336.317	332.619	291.004
No Fim do Período - nota 3.(u)	348.568	348.568	332.619
<b>Variação Líquida das Disponibilidades</b>	<b>12.251</b>	<b>15.949</b>	<b>41.615</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas** (em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

**1. Contexto Operacional**

A COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRO-SERRANA DO ESPÍRITO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 29/09/1988, filiada à COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CENTRO-SERRANO possui 14 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES, ITAGUAÇU - ES, ITARANA - ES, SANTA TERESA - ES, BAIXO GUANDU - ES, DOMINGOS MARTINS - ES, SANTA LEOPOLDINA - ES, SÃO ROQUE DO CANAÃ - ES, VILA VELHA - ES.

O SICOOB CENTRO-SERRANO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a

**Notas Explicativas** (em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

**1.1 Classificação de Risco Fitch Rating**

A Fitch Ratings avaliou em 2019 pela primeira vez a classificação de risco da Cooperativa, atribuindo no curto prazo a nota F1(bra), que indica a mais forte capacidade de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Este rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo, segundo a escala de Rating Nacional da Fitch.

No longo prazo a classificação obtida foi A+(bra), que denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Este rating representa uma qualidade de crédito alta de longo prazo, segundo a escala de Rating Nacional da Fitch.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 20/01/2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

**3. Resumo das principais práticas contábeis**

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

**b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

**d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

**e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

**f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

**g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

**h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**i) Intangível**

**Notas Explicativas** (em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

**j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

**l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

**m) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**n) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**p) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

**q) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

**r) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**s) Valor recuperável de ativos – impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**t) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

**u) Caixa e equivalente de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	6.549	3.958
Relações interfinanceiras - centralização financeira	342.019	328.661
TOTAL	348.568	332.619

**4. Títulos e valores mobiliários**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Título De Renda Fixa – Circulante	48	2.114

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Título De Renda Fixa – Não Circulante	-	-
TOTAL	48	2.114

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

**4.1 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros**

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	64	256
TOTAL	64	256

**5. Relações interfinanceiras**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	342.019	328.661
TOTAL	342.019	328.661

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

5.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2019 no montante de R\$19.315 mil (31/12/2018 – R\$ 21.017 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos".

**6. Operações de crédito**

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	444	-	444	661
Empréstimos	216.890	192.017	408.907	323.516
Títulos Descontados	22.581	-	22.581	25.685
Financiamentos	27.033	52.669	79.702	47.601
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	77.755	37.486	115.241	156.447
Total das Operações Crédito	344.703	282.172	626.875	553.910
(-) Provisões para Operações de Crédito	(29.757)	(36.833)	(66.590)	(53.682)
TOTAL	314.946	245.339	560.285	500.228

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percent. de Risco / Situação	Emprést. / TD	A.D / Cheque Esp. / Conta Garant.	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12 de 2019	Provisões 31/12 de 2019	Total em 31/12 de 2018	Provisões 31/12 de 2018
A 0,5% Normal	82.068	2.629	22.350	38.060	145.107	(726)	107.321	(537)
B 1% Normal	116.050	1.956	23.901	42.358	184.265	(1.843)	221.366	(2.214)
B 1% Vencidas	855	21	57	-	933	(9)	3.741	(37)
C 3% Normal	94.762	6.339	21.640	21.654	144.395	(4.332)	117.309	(3.519)
C 3% Vencidas	2.819	99	109	402	3.429	(103)	6.640	(199)
D 10% Normal	28.150	1.441	4.609	6.637	40.837	(4.084)	19.890	(1.989)
D 10% Vencidas	3.181	158	779	591	4.709	(470)	7.048	(705)
E 30% Normal	18.480	418	918	726	20.542	(6.162)	13.510	(4.053)
E 30% Vencidas	7.933	171	169	64	8.337	(2.501)	3.505	(1.051)
F 50% Normal	14.431	147	429	1.083	16.090	(8.045)	10.047	(5.023)
F 50% Vencidas	8.768	274	288	1.647	10.977	(5.489)	5.119	(2.560)
G 70% Normal	2.684	128	128	53	2.993	(2.095)	4.454	(3.118)
G 70% Vencidas	2.951	121	168	42	3.282	(2.297)	1.581	(1.107)
H 100% Normal	13.209	261	107	407	13.984	(13.984)	10.758	(10.758)
H 100% Vencidas	12.560	904	637	349	14.450	(14.450)	16.812	(16.812)
Total Normal	377.798	13.319	77.495	112.146	580.758	(41.271)	509.464	(31.211)
Total Vencidos	39.067	1.748	2.207	3.095	46.117	(25.319)	44.446	(22.471)
Total Geral	416.865	15.067	79.702	115.241	626.875	(66.590)	553.910	(53.682)
Provisões	(56.876)	(2.113)	(3.178)	(4.423)	(66.590)		(53.682)	
Total Líquido	359.989	12.954	76.524	110.818	560.285		500.228	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Notas Explicativas (em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	444	-	-	444
Cheque Especial/Conta garantida	14.623	-	-	14.623
Empréstimos	54.037	148.230	192.017	394.284
Títulos Descontados	20.969	1.612	-	22.581
Financiamentos	7.454	19.579	52.669	79.702
Financiamentos Rurais	22.610	55.145	37.486	115.241
TOTAL	120.137	224.566	282.172	626.875

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	4.080	164.797	13.188	-	182.065	29,04%
Setor Privado - Indústria	1.165	21.665	6.050	-	28.880	4,61%
Setor Privado - Serviços	4.247	108.249	22.104	1.838	136.438	21,76%
Pessoa Física	5.357	114.201	37.862	102.153	259.573	41,41%
Outros	218	7.953	498	11.250	19.919	3,18%
TOTAL	15.067	416.865	79.702	115.241	626.875	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	53.682	39.256
Constituições	35.724	36.182
Transferência para prejuízo	(22.816)	(21.756)
TOTAL	66.590	53.682

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	18.088	3%	11.419	2%
10 Maiores Devedores	82.201	13%	69.934	13%
50 Maiores Devedores	184.589	29%	155.761	28%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	91.401	78.728
Valor das operações transferidas no período	22.816	21.756
Valor das operações recuperadas no período	(10.552)	(8.972)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(325)	(111)
TOTAL	103.340	91.401

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	704	711
Rendas de Empréstimos	67.898	61.548
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	6.335	6.967
Rendas de Financiamentos	10.208	7.019
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	3.068	2.338
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	2.862	4.729
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.625	2.309
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	722	389
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	961	1.027
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	10.552	8.972
TOTAL	104.935	96.009

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

i) Reversão/Provisão para Operações de Créditos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(63.461)	(35.590)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	28.972	631
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(1.884)	(1.305)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	362	-
TOTAL	(36.011)	(36.264)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída sobre o valor contábil das operações créditos conforme critérios de risco e contábeis determinados na resolução CMN nº 2.682/1999.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (I)	1.623	1.286
Rendas a Receber	2.491	2.643
Rendas Serviços arrecadação de convênios	760	571
Rendas da Centralização da Administração Financeira	1.313	1.703
Outras Rendas a Receber	418	369
Diversos	3.720	4.038
Adiantamento e Antecipações salariais	79	142
Adiantamentos para pagamentos de Nossa Conta	77	1
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	62	134
Devedores por Compra de Valores e Bens (I)	-	80
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	2.100	2.057
Impostos e Contribuições a Compensar	363	724
Pagamentos a Ressarcir	306	349
Títulos e Crédito a Receber	529	436
Devedores Diversos - País	204	115
(-) Provisões para Outros Créditos (I) (b)	(1.233)	(947)
TOTAL	6.601	7.020

(I) Nível de risco Avais e Fianças Honrados e Devedores por Compra de Valores e Bens

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
A 0,5% Normal	-	-	-	80	(1)
E 30% Normal	158	158	(48)	181	(54)
E 30% Vencidas	212	212	(63)	210	(63)
F 50% Normal	20	20	(10)	2	(1)
F 50% Vencidas	159	159	(80)	62	(31)
G 70% Normal	11	11	(7)	2	(1)
G 70% Vencidas	128	128	(90)	112	(79)
H 100% Normal	23	23	(23)	4	(4)
H 100% Vencidas	912	912	(912)	713	(713)
Total Normal	212	212	(88)	269	(61)
Total Vencidos	1.411	1.411	(1.145)	1.097	(886)
Total Geral	1.623	1.623	(1.233)	1.366	(947)
Provisões	(1.233)	(1.233)		(947)	
Total Líquido	390	390		419	

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 334 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 1.766 mil). Classificados no ativo Não Circulante e melhor detalhado na nota 31.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (I)	4.665	3.668
Material em Estoque (I)	75	35
(Provisões para Desvalorizações) (II)	(621)	(429)
Despesas Antecipadas (III)	597	834
Contrib. Ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob	-	667
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	540	-
Outras Despesas Antecipadas (b)	57	167
TOTAL	4.716	4.108

(I). Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos em dação em pagamento de dívidas, consolidação e adjudicação, não estando sujeitos a depreciação ou correção e material em estoque para uso administrativo;

(II). Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens não de uso próprio conforme determinação do Bacen;

(III). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

- Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização da cooperativa;
- Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

**Notas Explicativas** (em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em Cooperativa Central de Crédito – Sicoob Central ES	14.550	11.701
Participações Instituição Financeira controlada Cooperativa de Crédito – Bancoob (a)	8.555	7.456
<b>TOTAL</b>	<b>23.105</b>	<b>19.157</b>

(a) Recebimento de remuneração de Juros Sobre o Capital Próprio do Sicoob Central ES no montante de R\$ 77 mil (Em 2018 – R\$ 64 mil).

(b) A participação junto ao Bancoob gerou o montante de dividendos recebidos em 2019 de R\$ 1.080 mil (Em 2018 – R\$ 822 mil).

**10. Imobilizado de uso**

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	518	1.119	
Terrenos	81	81	
Edificações	2.642	2.642	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(871)	(771)	
Instalações	5.770	4.361	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(2.861)	(2.297)	
Móveis e equipamentos de Uso	3.279	2.936	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(1.811)	(1.539)	
Sistema de Comunicação	278	228	20%
Sistema de Processamento de Dados	3.050	2.410	20%
Sistema de Segurança	807	731	10%
Sistema de Transporte	218	218	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(2.819)	(2.399)	
<b>TOTAL</b>	<b>8.281</b>	<b>7.720</b>	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarem a ser depreciadas.

A despesa com depreciação acumulada em 2019 foi de R\$ 1.356 mil (Em 2018 – R\$ 1.074 mil).

**10.1 Intangíveis**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Software e Direito de Uso	701	691	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(660)	(610)	
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>81</b>	

A despesa com amortização em 2019 foi de R\$ 50 mil (Em 2018 – R\$ 62 mil).

**11. Depósitos**

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	181.100	138.912
Depósito Sob Aviso	5.410	5.884
Depósito a Prazo – Circulante	397.237	371.717
Depósito a Prazo – Não Circulante	21	523
<b>TOTAL</b>	<b>583.768</b>	<b>517.036</b>

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	13.454	2%	5.650	1%
10 Maiores Depositantes	48.157	8%	38.067	7%
50 Maiores Depositantes	107.606	17%	97.698	19%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(334)	(369)
Despesas de Depósitos a Prazo	(21.944)	(23.325)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.872)	(1.350)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(865)	(787)
<b>TOTAL</b>	<b>(25.015)</b>	<b>(25.831)</b>

**11.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias.**

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Circulante	11.946	7.351
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Não Circulante	30.562	23.138
<b>TOTAL</b>	<b>42.508</b>	<b>30.489</b>

**12. Relações Interfinanceiras**

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central	14.254	4.516	18.770	22.051	5.682	27.733
Recursos do Bancoob	53.850	28.895	82.745	70.857	38.089	108.946
<b>Total</b>	<b>68.104</b>	<b>33.411</b>	<b>101.515</b>	<b>92.908</b>	<b>43.771</b>	<b>136.679</b>

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

**12.1 Obrigações por empréstimos e repasses**

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019		31/12/2018
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	9.703	-	4.985
<b>TOTAL</b>	<b>9.703</b>	<b>-</b>	<b>4.985</b>

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

**12.2 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses**

As despesas dessas transações resultaram ao final de 2019 e 2018 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Com Empréstimos Rotativo – Sicoob Central ES	(442)	(311)
Despesas De Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	(1.402)	(1.668)
Despesas De Repasses Interfinanceiros - Bancoob	(5.343)	(6.535)
<b>TOTAL</b>	<b>(7.187)</b>	<b>(8.514)</b>

**12.3 Correspondentes**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as obrigações com Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Correspondentes	11	10
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>10</b>

**13. Relações Interdependências**

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	14	-
Ordens de Pagamento (b)	3.163	3.523
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	226	110
<b>TOTAL</b>	<b>3.403</b>	<b>3.633</b>

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

**14. Outras Obrigações**

**14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - IOF	168	252
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1	6
Recebimento de Tributos Municipais	3	-
<b>TOTAL</b>	<b>172</b>	<b>258</b>

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre

**Notas Explicativas** (em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

**14.2 Sociais e Estatutárias**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Participações nos Lucros (a)	1.332	1.336
Resultado de Atos com Associados (b)	1.559	1.323
Resultado de Atos com Não Associados (b)	-	564
Cotas de Capital a Pagar (c)	2.625	2.765
<b>TOTAL</b>	<b>5.516</b>	<b>5.988</b>

(a) Refere-se a provisão participação no resultado dos empregados conforme acordo coletivo com previsão para pagamento em 31/01/2020.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

**14.3 Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições a recolher	1.058	991
<b>TOTAL</b>	<b>1.058</b>	<b>991</b>

**14.4 Diversas**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	51	218
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	1.942	1.233
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.651	2.293
Despesa de Pessoal	1.400	1.208
Aluguéis	113	74
Assessoria Técnica	12	8
Comunicações	28	19
Segurança e Vigilância	7	-
Propaganda e Publicidade	-	11
Manutenção e Conservação de Bens	4	7
Transporte	60	66
Seguro	12	215
Plano de Saúde	9	10
Compensado	72	64
Seguros a Recolher	4	4
Seguros Prestamista	595	378
Provisão de cartões a Pagar	219	160
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	19	-
Outras Despesas Administrativas	97	69
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	3.505	2.193
Credores Diversos - País	3.135	3.481
Pagamento a Processar	443	475
Cooperativa Central	300	245
Valores a Pagar arrecadação	42	28
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	35	-
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	27	20
Outros	2	13
Cheques Depositados	756	176
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	1.525	2.484
Fatura Sicoobcard	5	40
<b>TOTAL</b>	<b>11.284</b>	<b>9.418</b>

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 78.416 mil (R\$ 63.859 mil em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

**15. Instrumentos financeiros**

O SICOOB CENTRO-SERRANO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis,

os quais se aproximam dos valores justos.

**16. Patrimônio líquido**

**a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	99.015	90.198
Associados	55.165	47.570

**b) Reserva Legal**

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

**c) Reserva Estatutária**

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial do FIS	241	-
Constituição	312	241
(-) Utilização FIS	(241)	-
<b>Saldo Final FIS</b>	<b>312</b>	<b>241</b>

**d) Sobras Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11 abril de 2019, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a decisão foi para aumento do capital social, no valor de R\$ 9.258.

**e) Destinações estatutárias e legais**

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	31.184	24.672
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(564)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	31.184	24.108
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(17.151)	(13.259)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.559)	(1.206)
Fundo de Investimento Social - 1%	(312)	(241)
Utilização FIS	241	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	12.403	9.402

**17. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos**

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	194.432	187.816	6.616	147.489	141.955	5.534
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(114.225)	(110.998)	(3.227)	(84.460)	(82.535)	(1.925)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(48.859)	(45.634)	(3.225)	(37.852)	(35.312)	(2.540)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>31.348</b>	<b>31.184</b>	<b>164</b>	<b>25.177</b>	<b>24.108</b>	<b>1.069</b>
Receita Não Operacional	212	-	212	97	-	97
Despesa Não Operacional	(376)	-	(376)	(602)	-	(602)
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>(164)</b>	<b>-</b>	<b>(164)</b>	<b>(505)</b>	<b>-</b>	<b>(505)</b>
<b>Resultado do Período</b>	<b>31.184</b>	<b>31.184</b>	<b>-</b>	<b>24.672</b>	<b>24.108</b>	<b>564</b>

**18. Provisão de Juros ao Capital**

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio no montante de R\$ 5.642 mil, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

**19. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços**

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	4.820	4.157
Rendas Transações Intercredis	717	474
Rendas de Cartões	1.731	166

**Notas Explicativas** (em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Convênios	477	391
Rendas de Serviços	1.874	1.240
Rendas de Tarifas	1.588	1.248
Comissão com Venda de Consórcios	1.044	332
Comissão com Venda de Seguros	3.528	3.243
Rendas Recebidas do Bancoob	816	1.312
Outras Rendas de Prestação de Serviços	466	461
<b>TOTAL</b>	<b>17.061</b>	<b>13.024</b>

**20. Rendas (Ingressos) de Tarifas**

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	3.314	2.708
Rendas de Serviços Prioritários – PF	1.026	772
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	271	359
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	7.779	5.288
<b>TOTAL</b>	<b>12.390</b>	<b>9.127</b>

**21. Dispêndios/Despesas com Pessoal**

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de honorários	(1.522)	(1.433)
Despesas de pessoal - benefícios	(3.490)	(2.550)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(3.723)	(3.300)
Despesas de pessoal - proventos	(9.967)	(8.760)
Despesas de remuneração de estagiários	(555)	(446)
Despesas de pessoal - Outros	(149)	(2)
<b>Total</b>	<b>(19.406)</b>	<b>(16.491)</b>

**22. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas**

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(548)	(454)
Despesas de Aluguéis	(1.936)	(1.570)
Despesas de Comunicações	(617)	(634)
Despesas de Manutenção e Conservação De Bens	(343)	(324)
Despesas de Material	(392)	(299)
Despesas de Processamento de Dados	(3.515)	(2.665)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(926)	(295)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(433)	(304)
Despesas de Publicações	(19)	(20)
Despesas de Seguros	(30)	(21)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(5.602)	(4.449)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.577)	(1.182)
Despesas de Serviços de Vigilância E Segurança	(1.953)	(1.792)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.050)	(847)
Despesas de Transporte	(938)	(809)
Despesas de Viagem No País	(85)	(84)
Despesas de Emolumentos Judiciais e Cartorários	(427)	(406)
Despesas de Rateio Sicoob Central	(3.053)	(2.634)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(657)	(364)
Despesas de Amortização	(50)	(62)
Despesas de Depreciação	(1.356)	(1.074)
Outras Despesas Administrativas	(670)	(602)
<b>Total</b>	<b>(26.177)</b>	<b>(20.891)</b>

**23. Outros Ingressos/rendas operacionais**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	923	215
Reversão de Provisão para Contingências	11	35
Rendas Juros Cartão de Crédito	3.340	2.736
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	418	326
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	1.148	217
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	1.033	1.004
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	-	1.046
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	-	32
Dividendos recebido do Bancoob	1.080	822
Rendas de Repasses Delcredere	579	873
Juros ao Capital Recebido do Sicoob Central ES	77	64
Outras Rendas Operacionais	5	-

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>TOTAL</b>	<b>8.614</b>	<b>7.370</b>

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

**24. Outros dispêndios/despesas operacionais**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Descontos Concedidos	(958)	(852)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(861)	(689)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(439)	(328)
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	(557)	(536)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob	(667)	(111)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(2.165)	(1.368)
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(1.311)	(525)
Contingências	(19)	(19)
Outras Despesas Operacionais	(414)	(450)
<b>TOTAL</b>	<b>(7.391)</b>	<b>(4.878)</b>

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

**25. Resultado não operacional**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	1	41
Ganhos de Capital	179	22
Reversão de Provisões não Operacionais	-	-
Outras Rendas não Operacionais	32	34
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(75)	(111)
(-) Perdas de Capital	(20)	(5)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(192)	(418)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(89)	(68)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(164)</b>	<b>(505)</b>

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

**26. Partes Relacionada**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 31/12/2019

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	19.551	1,58%	468
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	52	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>19.603</b>	<b>1,58%</b>	<b>468</b>
Montante das Operações Passivas	597	0,13%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	3	-	0,05%
Conta Garantida	10	-	0,11%
Crédito Rural	436	4	0,38%
Empréstimo	11.429	458	2,90%
Financiamento	13	-	0,02%
Títulos Descontados	1.270	5	5,63%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	799	0,44%	-
Depósitos a Prazo	695	0,16%	90% a 105% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97% a.m

**Notas Explicativas** (em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Desconto de Recebíveis	1,16% a 3,50% a.m	1,16% a 3,50% a.m
Empréstimos	0,99% a 4,50% a.m	0,99% a 4,50% a.m
Crédito Rural - RPL	9,50% a 24,99% a.a	9,50% a 24,99% a.a
Crédito Rural - Repasses	3% a 9,5% a.a	3% a 9,5% a.a
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	90% a 105% CDI	90% a 105% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	8
Crédito Rural	1.753
Empréstimo	18.129
Financiamento	58

e) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio de benefícios, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2019
Honorários e Cédula de Presença	1.329
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Previdência Privada	46

### 27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRO-SERRANA DO ESPÍRITO SANTO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CENTRO-SERRANO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo	357.157	342.476
Títulos e Valores Mobiliários	48	2.114
Relações Interfinanceiras	342.019	328.661
Outros Valores e Bens	540	-
Investimentos	14.550	11.701
Passivo	32.054	32.963
Relações Interfinanceiras	22.051	27.733
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	9.703	4.985
Outras Obrigações	300	245
Receita	19.456	21.337
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	64	256
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	19.315	21.017
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	77	64
Despesa	7.729	6.092
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	1.844	1.979
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	3.053	2.634
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	2.832	1.479

### 28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

#### 28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de

perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

#### 28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

#### 28.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

#### 28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

#### 28.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

#### 29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### 30. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	176.797	147.820
Margem de Compatibilização	95.715	76.519
Índice da Basileia	26,17%	24,88%
Margem de Imobilização	80.118	66.190

#### 31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

**Notas Explicativas** (em 31/12/2019 e de 2018 | em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	2.100	2.100	2.057	2.057
Outros	70	-	62	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.170</b>	<b>2.100</b>	<b>2.119</b>	<b>2.057</b>

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CENTRO-SERRANO**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 203 mil.

**Santa Maria de Jetibá-ES, 27 de janeiro de 2020.**

**Rodrigo Calheiros de Oliveira**  
Diretor Executivo  
CPF: 007.928.797-24

**Jaqueline Timm Domingos**  
Diretora Operacional  
CPF: 947.282.087-53

**Wanderson Vieira da Silveira**  
Contador CRC nº 016925/O-0-ES  
CPF: 099.673.817-79

**Relatório de Auditoria**

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo – SICOOB CENTRO-SERRANO

Santa Maria de Jetibá/ES

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Centro-Serrana do Espírito Santo – SICOOB CENTRO-SERRANO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRO-SERRANO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

**Relatório de Auditoria**

alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Belo Horizonte/MG, 4 de fevereiro de 2020.**



Júlio César Toledo de Carvalho  
Contador CRC MG - 69.261/O  
CNAI 1.953

Felipe Rodrigues Beiral  
Contador CRC MG - 90.766/O  
CNAI 2.994

**Parecer do Conselho Fiscal**

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito Centro Serrana do Espírito Santo - Sicoob Centro Serrano**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 04 de fevereiro de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

**Santa Maria de Jetibá/ES, 27 de fevereiro de 2020.**

**Sigmar Miertschink**

Coordenador do Conselho Fiscal

**Elisa Klug Sperandio**

Secretário do Conselho Fiscal